

Brasília, 31 de outubro de 2025.

## **ENCONTRO DE RAÇA E ETNIA DA FASUBRA SINDICAL**

Encontro de Raça e Etnia da FASUBRA Sindical

Fortalecendo a Luta Antirracista na Base Sindical

A Direção Nacional da FASUBRA Sindical, por meio da Coordenação de Raça e Etnia, tem a honra de convocar todas as entidades de base e seus representantes a participarem do Encontro de Raça e Etnia.

Este encontro será um espaço estratégico de debate, formulação de políticas sindicais e fortalecimento da organização da categoria na luta contra todas as formas de racismo, discriminação e desigualdade étnico-racial no serviço público e nas Instituições Federais de Ensino (IFEs).

 Período: 22, 23 e 24 de novembro de 2025

 Local: Sindsep/DF

Setor Bancário Sul (SBS), Quadra 1, Bloco K – 3º, 16º e 17º andares

Asa Sul, Brasília/D

## **4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+**

Os leques bateram forte em Brasília. De 21 a 24 de novembro de 2025, mais de 1.500 pessoas vindas de todas as regiões do país, militantes, delegadas(os), observadores, gestores públicos, representantes de movimentos sociais e coletivos se reuniram na 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, um marco histórico de retomada das políticas públicas e do diálogo entre o Estado e a sociedade civil, depois de nove anos de retrocesso e silenciamento institucional. Convocada pelo Decreto nº 11.848/2023 e organizada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), a conferência simbolizou a reconstrução da esperança e da participação popular num momento em que o Brasil retoma o caminho da democracia e da valorização da diversidade como parte essencial do projeto de país.

A cerimônia de abertura foi marcada por emoção, representatividade e força política. Sob aplausos e em um plenário tomado por cores e bandeiras, a ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, assinou a Portaria nº 1.254/2025, que institui a Política

Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, criando um marco institucional e legal para a formulação e execução de políticas públicas de igualdade, dignidade e enfrentamento à discriminação. A mesa de abertura contou com a presença da Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, liderança histórica do movimento trans brasileiro, e da Secretária Nacional LGBTQIA+ do Uruguai, Collette Spinetti, que levou uma mensagem de solidariedade e cooperação latino-americana, reafirmando a importância de uma integração regional nas políticas de diversidade e direitos humanos.

Também participaram parlamentares LGBTQIA+ de várias regiões do país, simbolizando o avanço da representatividade política conquistada com muita luta. Entre elas, a deputada Erika Hilton, referência nacional e internacional na defesa dos direitos humanos, reforçou em sua fala que a política precisa ser instrumento de transformação social, e que a luta contra a LGBTQIA+fobia é também uma luta contra o fascismo, o racismo e todas as formas de opressão. A presença de parlamentares, ministros e lideranças populares deu o tom de unidade e combatividade à conferência, que reafirmou o protagonismo da população LGBTQIA+ na construção de um novo ciclo democrático no Brasil.

Durante quatro dias, as plenárias e os grupos de trabalho deram voz à pluralidade do movimento e consolidaram uma agenda estratégica de lutas. O Relatório do Grupo de Trabalho sobre Bullying e Violência nas Escolas foi um dos marcos do encontro, denunciando as práticas de discriminação e violência que afastam estudantes LGBTQIA+ das escolas e universidades, e propondo medidas concretas de acolhimento, formação dos trabalhadores da educação e criação de protocolos de proteção.

A conferência aprovou 80 propostas construídas coletivamente nos 16 grupos de trabalho, abordando desde a segurança pública e o combate à violência até políticas de saúde, trabalho digno e financiamento público. Entre as principais deliberações estão a criação do Sistema Nacional de Direitos Humanos para a População LGBTQIA+, a implementação de cotas em concursos públicos e processos seletivos para pessoas trans, travestis e não binárias, o Programa Nacional Permanente de Formação e Enfrentamento à LGBTQIAfobia na Educação, e a destinação de 0,5% da Receita Corrente Líquida da União para o financiamento de políticas públicas voltadas à diversidade. Também foi instituído o Fundo Nacional de Promoção dos Direitos LGBTQIA+, garantindo a sustentabilidade financeira das ações de enfrentamento à violência e de inclusão social.

As discussões foram marcadas por um forte conteúdo político e classista. O movimento sindical participou ativamente, reafirmando que a luta LGBTQIA+ é uma luta da classe trabalhadora. A precarização do trabalho, a exclusão social, o assédio e a falta de políticas de empregabilidade atingem com mais dureza a população LGBTQIA+, especialmente as pessoas trans e travestis. A conferência denunciou a lógica neoliberal que transforma corpos em alvo de opressão e reafirmou a necessidade de um Estado que proteja, inclua e

garanta direitos, e não que negue ou terceirize responsabilidades.

As deliberações aprovadas apontam para a reconstrução de uma política pública nacional sólida, democrática e permanente, baseada na participação social e no controle popular. A criação de uma Comissão Nacional de Acompanhamento das Propostas foi aprovada para monitorar a execução das ações no Plano Plurianual (PPA 2026–2029) e no Plano Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQIA+ (2026–2030).

A conferência reafirmou que não há transformação social sem enfrentamento às opressões. A luta por igualdade de direitos, respeito e dignidade é inseparável da luta por melhores condições de trabalho, salário justo e valorização do serviço público. A 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ foi mais que um evento, foi um ato político de resistência e reconstrução, um chamado à unidade e à luta. Os leques que se abriram no plenário de Brasília expressaram a força e a alegria de um povo que não se cala diante da injustiça.

Como disse uma das participantes na plenária final: “voltamos a ocupar o Estado, mas seguimos ocupando as ruas, porque é nelas que nascem os direitos.”

Que as conquistas deliberadas se transformem em ações concretas, e que a chama da luta LGBTQIA+ continue acesa em cada espaço de moradia, trabalho e estudo.

Porque sem diversidade, não há democracia. E sem luta, não há vitória.

## **FASUBRA SINDICAL PARTICIPA DA MARCHA NACIONAL UNIFICADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA**

A FASUBRA Sindical participou no dia 29 de outubro, quarta-feira, da Marcha Nacional Unificada dos Serviços Públicos contra a Reforma Administrativa (PEC 38), em Brasília (DF).

A Marcha contou 20 mil trabalhadoras e trabalhadores das três esferas do Serviço Público de todo o país, contra a precarização dos serviços públicos e em defesa dos direitos dos servidores.

Organizada pelas centrais sindicais, pelo FONASEFE e diversos movimentos sociais, a mobilização teve concentração no Museu da República, de onde os manifestantes seguiram em caminhada até a Praça das Bandeiras, em frente ao Congresso Nacional. Com faixas, cartazes e palavras de ordem, os participantes e parlamentares denunciaram os impactos nefastos da reforma administrativa, que ameaça reduzir direitos, abrir brechas para a privatização e enfraquecer o serviço público.

Durante o ato, dirigentes da FASUBRA destacaram a importância da unidade entre as

categorias e do fortalecimento das lutas coletivas. “A PEC 38/2025 representa um retrocesso para o Estado brasileiro e para toda a sociedade. Defender o serviço público é defender o direito do povo à saúde, educação e assistência de qualidade”, ressaltou a direção da Federação.

A participação da base da FASUBRA foi muito representativa, com 30 entidades presentes e cerca de 1000 companheiras e companheiros.

A Marcha Nacional reforçou o compromisso das entidades com a defesa do serviço público, dos servidores e da democracia, demonstrando que a mobilização e a união da classe trabalhadora são fundamentais para barrar retrocessos e garantir um Estado comprometido com o bem comum.

A marcha mostrou para os parlamentares a força do movimento e já surtiu efeitos com a retirada de 13 assinaturas por parte dos parlamentares que assinaram a proposta da PEC. Além disso, nos corredores do congresso já se fala que a tentativa de impor a reforma administrativa perdeu a oportunidade e a força política para ser aprovada.

## **PEC 169 É APROVADA NA CÂMARA E SEGUE PARA O SENADO**

A FASUBRA Sindical informa que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 169/2019 foi aprovada na Câmara dos Deputados e agora segue para apreciação no Senado Federal. A medida representa uma importante conquista para os técnico-administrativos em educação das instituições federais.

A PEC 169 propõe alteração, no artigo 37, inciso XVI, alínea "b", da Constituição Federal, no qual permite a acumulação de um cargo técnico ou científico com de professor. A proposta propõe alterar cargo "técnico e científico" para cargo "de qualquer natureza", ou seja, permitirá, por exemplo, que todos os cargos administrativos, possam acumular o seu cargo com um de professor.

Essa aprovação para os Técnico-Administrativos em Educação é de suma importância, pois servidores de todos os cargos do PCCTAE estarão aptos a concorrerem a vagas em cursos públicos para o cargo de professor, desde que atendam aos requisitos legais e de formação exigidos para o magistério superior, ou seja, graduação em licenciatura.

A FASUBRA destaca que está na linha de frente pela aprovação desta proposta, defendendo que a Categoria seja reconhecida como uma das categorias mais qualificadas dos serviços públicos.

A FASUBRA reforça seu compromisso em acompanhar a tramitação no Senado e manter a mobilização da base em defesa da PEC 169/2019, por entender que a medida corrige

uma injustiça histórica com os servidores dos demais cargos.

“A aprovação da PEC 169 é resultado da luta coletiva e da persistência da categoria. Seguiremos firmes até a sua aprovação final”, afirma a Direção Nacional da FASUBRA - Sindical.

| CALENDÁRIO         |                                                                          |
|--------------------|--------------------------------------------------------------------------|
| NOVEMBRO           |                                                                          |
| <b>13 e 14</b>     | <b>Reunião da Direção Nacional</b>                                       |
| <b>15 e 16</b>     | <b>Plenária Nacional</b>                                                 |
| <b>22, 23 e 24</b> | <b>Encontro Nacional de Negras e Negros</b>                              |
| <b>25</b>          | <b>Marcha Nacional das Mulheres Negras</b>                               |
| <b>28</b>          | <b>Seminário Nacional das Universidades Estaduais da base da FASUBRA</b> |